

Ofício n.º 311/PRES/2022

Brasília, 10 de agosto de 2022.

À Sua Excelência o Senhor
MINISTRO BRUNO DANTAS
Presidente do Tribunal de Contas da União

Assunto: Recomposição das perdas inflacionárias dos servidores do TCU.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) tomou conhecimento, por meio de matérias publicadas nesta semana pelos maiores veículos de imprensa do País, de que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, submeterá à Corte nesta quarta-feira (10) uma proposta de reajuste de 18% no salário de todos os servidores e magistrados da Justiça¹, escalonado em quatro parcelas a serem incorporadas nos meses de abril e agosto 2023 e janeiro e julho de 2024².

De acordo com a colunista Carolina Brígido, do portal Uol, que acompanha o Supremo e o Poder Judiciário há mais de 20 anos, já há maioria entre os ministros para que o pedido seja aprovado nos termos propostos³. A informação foi confirmada por outros jornais, como é o caso do Valor Econômico, que apurou que pelo menos 6 dos 11 ministros são favoráveis à medida⁴.

Em que pese que a Ex-Presidente do TCU, Ministra Ana Arraes, atendendo a uma solicitação do Sindilegis e das demais entidades vinculadas aos

¹ Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2022-08/stf-vota-quarta-feir-reajuste-de-salarios-de-ministros-e-juizes>

² Fonte: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/08/08/fux-convoca-para-quarta-feira-sessao-sobre-reajuste-de-servidores-do-judiciario.ghtml>

³ Fonte: Uol Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carolina-brigido/2022/08/09/stf-deve-aprovar-hoje-reajuste-de-18-a-ministros-e-servidores-de-tribunais.htm>

⁴ Fonte: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/08/09/maioria-do-stf-deve-ser-favoravel-a-pedido-de-18percent-de-reajuste-para-servidores-do-judiciario.ghtml>

servidores do Tribunal, enviou à Câmara dos Deputados uma minuta de projeto de lei⁵ aprovada por unanimidade no âmbito do TCU, que propõe reajustar em 13,5% os salários dos servidores do Órgão, é necessário destacar que os servidores do Tribunal não tiveram, até o momento, a recomposição das perdas inflacionárias em seus proventos desde 2016⁶, e que as perdas acumuladas desde então chegam a 36,05%, conforme informado pelo Sindilegis a esta Presidência por meio do expediente 124/PRES/2022 (Protocolo nº 71.077.803-9), de 25 de maio de 2022.

Neste sentido, solicitamos a Vossa Excelência esforços no sentido de interromper a deterioração da valorosa carreira do TCU. Caso contrário, correremos o risco de assistir, em virtude da corrosão dos salários e da consequente decadência do poder aquisitivo dos servidores desta Casa, a migração de nossos colegas para outras carreiras que se encontram em patamar remuneratório superior na Administração Pública, inclusive com a iminente probabilidade de maior distanciamento, como é o caso do Poder Judiciário, bem como de outras carreiras, como da Receita Federal (pagamento expressivo de bônus de eficiência aos auditores⁷) e da Advocacia-Geral da União (honorários de sucumbência⁸).

Diante do exposto, somado aos argumentos jurídicos e políticos apresentados na comunicação anterior, que anexamos a este ofício, fica evidente a necessidade proeminente de recomposição das perdas inflacionárias dos servidores efetivos e comissionados, ativos, aposentados e pensionistas do Tribunal, no percentual mínimo de 36,05%.

É nesse sentido que conclamamos Vossa Excelência ao reconhecimento desta situação e a adotar medidas no sentido de incluir previsão na

⁵ PL 1392/2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2325109>

⁶ Fonte: Lei nº 13.320, de 27 de julho de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13320.htm

⁷ Fonte: Conjur. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar-10/supremo-valida-bonus-receita-auditoria-trabalho>

⁸ Fonte: Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/advogados-da-uniao-ja-receberam-r-791-milhoes-em-honorarios-em-2021/>

Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2023 para atender ao pleito dos servidores, bem como ao PL 7926/2014, que trata da implementação do adicional de especialização e qualificação.

Certos de contar com a sensibilidade e zelo de Vossa Excelência pelo TCU e seu valioso corpo de servidores públicos, agradecemos antecipadamente e nos colocamos à disposição para contribuir no que for necessário.

Atenciosamente,



ALISON APARECIDO MARTINS DE SOUZA
Presidente